

# Desequilíbrio na Sociedade da Informação

por [Silvio Meira](#)

Tarde de sexta-feira no Brasil, fim de novembro, vai começar uma reunião de trabalho que tratará, aparentemente, do acerto fino da posição brasileira para a [Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação](#) (CMSI, ou WSIS), cuja primeira etapa ocorre neste dezembro, em Genebra, precedendo outra reunião em 2005, em Túnis. O Brasil, por sinal, apesar de parecer uma bagunça, é um lugar muito formal. Provavelmente porque, fora dos poucos formalismos que temos, é uma bagunça mesmo. Há uma mestra de cerimônias, forma-se uma mesa, autoridades são chamadas, aplaudidas, tudo o mais. O Hino Nacional ecoa pelo país, à piano, e no auditório onde estou, em Recife, a platéia quase toda se levanta. Muito estranho... reunião de trabalho, com hino tocando e autoridades ovacionadas enquanto se dirigem à mesa, que são duas: uma em Brasília, outra no Rio, pois estamos numa teleconferência nos auditórios do SERPRO e o protocolo é tocado como se fosse alguma posse... Somente Carlos Afonso, da RITS, quebra tudo e nem cumprimenta quem está na sua e na outra: parte para dizer o que acha que está acontecendo e o que ainda há para fazer. Para ele, parece que a reunião deveria ser de trabalho mesmo, e não de discursos para admoestar a platéia com definições sobre a sociedade da informação e suas possibilidades e ameaças ou empolgá-la com frases de efeito.

Não sei bem quantos dos presentes à reunião de trabalho, na verdade muito mais um conjunto de exposições, havia lido os dois documentos que servirão de base para a reunião de Genebra. Se conheço nosso estilo, brasileiro, de tratar coisas complexas, é muito provável que houvesse, mesmo entre os que se pronunciaram da mesa, gente que os ignorava no todo (a “declaração de princípios” tem nove páginas e 64 itens, enquanto o “plano de ação” tem 14 páginas e 30 itens, com muitos sub-itens...) ou em parte. Meu temor se deve ao fato de que algumas das declarações da mesa tinham dez anos de idade, feitas sem a devida citação aos originais, *por um lado*. No mundo da política (mundial), quem “anunciou” a Internet aos seus pares, alertando para as possibilidades e conseqüentes deveres dos Estados e seus gestores, foi o ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, pela primeira vez em janeiro de 1994 na Califórnia (fala conhecida como a “[information super-highway](#)”) e, logo depois, em março do mesmo ano, em reunião da International Telecommunications Union (ITU), em Buenos Aires, em discurso que ficou na história como o da “[global information infra-structure](#)”. Ao discurso de Gore na Argentina seguiu-se um [Plano de Ação de Buenos Aires](#), exatamente como vai haver, em breve, um plano para a sociedade mundial da informação; naquele, como no próximo, que talvez venhamos a subscrever, estava escrito o que deveríamos ter feito para o Brasil ser mais incluído, digitalmente, do que as “forças de mercado”, por si sós, nos permitiram até agora.

Durante dez anos, na prática, o governo brasileiro ignorou a realidade digital ao seu redor, a não ser quando lhe interessava, como é o caso da coleta de impostos. Os outros lados da equação, como investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação em redes digitais e suas aplicações, ficaram no virtual. Como ficou o investimento em infra-estrutura de redes para educação primária e secundária, e até mesmo para ensino superior... telecentros, em escala nacional, nem pensar.... sem falar que somente agora a regulamentação do setor de telecomunicações está chegando perto do problema de universalização de acesso nas escolas, com a proposta do SCD (qualquer coincidência do tempo da proposta do SCD com a cúpula de Genebra deve ser coincidência). A internet, por assim dizer, ficou com a “iniciativa privada”, que fez muito, é verdade, mas que está interessada, aqui como em qualquer outro lugar, em retorno de investimento. Longo prazo sempre foi e sempre será responsabilidade maior do Estado, quando houver um capaz de pensar nisso. Sem investimentos de porte e com foco nas possibilidades brasileiras de classe mundial, é mesmo de se esperar que agora, às vésperas de nossa participação em um evento mundial da mesma ITU sobre a sociedade da informação, não estejamos encontrando no passado as bases para as posições que teríamos de defender no presente. A responsabilidade do governo atual é, pois, multiplicada.

É bom lembrar que qualquer governo é uma federação de interesses. O parágrafo anterior não significa que não havia quem, nos governos anteriores, estivesse ocupado e muito preocupado com o assunto. Mas, nos lugares onde tal acontecia, não havia poder para fazer mais do que foi feito. E, sob muitos aspectos, foi feito muito mais do que poderia ter sido, graças à dedicação de brasileiros trabalhadores e patriotas que estavam no lugar certo, na hora certa. Infelizmente, com muito pouco poder, daquele poder traduzido em talão de cheque para mandar fazer. Muito bem.

Trocou o governo, temos o mesmo problema do hiato, ou divisão, digital, nos cercando por todos os lados e não é segredo de estado que temos, novamente, (como talvez sempre tenhamos) uma federação no poder. Vamos fazer o que, sobre isso? Qual é nossa política e nossas estratégias para tratar os problemas e possivelmente o contexto que nos aflige? A “declaração de princípios” preliminar que está no site da ITU é sobre o “...*common desire and commitment to build a people-centred, inclusive and development oriented Information Society, where everyone can create, access, utilize and share information and knowledge, enabling individuals, communities and peoples to achieve their full potential in promoting their sustainable development and improving their quality of life...*”, ou sobre a construção uma sociedade da informação centrada nas pessoas, inclusiva, orientada para o desenvolvimento, onde todos possam criar, usar e acessar informação e conhecimento, para que nosso desenvolvimento seja sustentável e nossa qualidade de vida melhor. Palmas para o ponto de partida da declaração. Artigo por artigo, o documento trata desde o acesso à energia e serviços postais, que também são parte da infra-estrutura da sociedade da informação, até o papel essencial do domínio público, e dos bens que dele fazem parte, para o avanço da sociedade da informação. No artigo 24, trata da importância de **todos** os modelos de negócio de software para a sociedade da informação, chamando atenção para que o acesso a software, a **custos razoáveis**, é essencial para uma sociedade realmente inclusiva. Vamos ver se este parágrafo, pelo menos, não sai do texto final...

O artigo 30 fala da importância das capacidades nacionais de ciência e tecnologia para que se tenha um futuro mais igual entre os países. Sem capital humano, pesquisa, desenvolvimento, inovação, empreendedorismo e contexto nacional para que haja negócios que habilitem e, ao mesmo tempo, ganhem dinheiro com informação (e seu ciclo de vida), não vai haver sociedade da informação em lugar nenhum. Pelo menos aqui na periferia, pois lá no centro já há. Simples assim. Aqui é onde se verá a determinação de países como o Brasil... se ficaremos falando do que queremos para nós e para o mundo ou se, ao invés, faremos o que queremos. Seja lá o que quisermos, custará tempo, muito trabalho, determinação, diligência e investimento. Mesmo que seja pra transformar todo o software do mundo em software livre, e mesmo que saia, no total, mais barato do que comprá-lo todo, ainda assim será muito caro - e talvez acima do que o artigo 24 chama de custos razoáveis. Por nenhuma outra razão de que o estado da prática de produção de software, no mundo, hoje, o torna um serviço muito caro, seja ele proprietário ou livre. Os **custos razoáveis** do artigo 24 precisam de muito investimento em sistemas de informação e engenharia de software, do ponto de vista de formação de capital humano, pesquisa, desenvolvimento, empreendedorismo e inovação, para que os resultados compensem, do ponto de vista do retorno **social** do investimento, no médio e longo prazos.

Fôssemos todos ricos, o problema seria outro. O custo dos medicamentos contra a AIDS, que está destruindo o continente africano, é um problema mais grave, hoje, do que o custo do software para o mundo em desenvolvimento. É impossível esconder que, hoje, rodar software proprietário pirateado, em qualquer lugar do mundo, é a melhor alternativa ao mesmo software, registrado, quando são descontados os problemas éticos, morais e legais que habilitam a escolha do primeiro **modo**. Pirateado talvez fosse um modelo de negócios que teria que constar no artigo 24... pois é basicamente assim que deveríamos tratar os medicamentos para AIDS: ou há um **custo razoável**, ou copiaremos. No interesse nacional e da preservação de vidas humanas. É bom ter em mente que o problema de software, e de software aberto, é de domínio do processo de desenvolvimento, conseqüentemente de educação, de performance no trabalho, de capacidade de inovação. Se não houver os incentivos apropriados, incluindo o desenvolvimento de um mercado para tal, levar a comunidade de programação “para o software livre”, em muito larga escala, pode ser o mesmo que liderar lemingues em direção ao precipício...

*Por outro lado*, parecia que as propostas que estavam sendo feitas, para defender a posição brasileira, ignoravam as restrições de investimento que o Brasil vem impondo a seus grandes projetos. De pouco adianta termos uma agenda de idéias: o mundo está coalhado delas. Temos que ter a capacidade de pô-las em movimento, transformá-las em resultados, gerar negócios em torno de suas implementações, fazer com que as condições de educação e a criação de oportunidades, para uma maior parcela da população, sejam melhores e mais abrangentes. E como é difícil fazer isso. Quantas das nossas brilhantes propostas, como país, não acabam sendo melhor e mais eficientemente implementadas por outros, que descobrem seu real valor e necessidade, assim como seus custos e conseqüências. Seria muito bom que a delegação brasileira desembarcasse em Genebra disposta a sair de lá com vitórias concretas, destas que o Presidente da República já exigiu mais de uma vez: o Brasil precisa deixar de achar que tudo o que de ruim acontece aqui é culpa dos outros e da crueldade de um sistema internacional... é preciso que tomemos ciência, prática, de nossos erros e incapacidades, para que possamos lutar para resolvê-los entre nós e com (e contra, às vezes) nossos amigos e inimigos no cenários internacional.

Finalmente, no capítulo do investimento, vai ser preciso descobrir de onde virão os recursos para que o Brasil seja um ator relevante no cenário mundial das sociedades da informação, inclusive do ponto de vista político e diplomático. Parece que o SCD vai ter o dinheiro do FUST afinal. Tô rezando pra isso. Mas será que vamos ter como sustentar uma presença articulada no cenário nacional e internacional? O **Programa Sociedade da Informação**, que nunca teve recursos no passado, foi fechado no atual governo. Os recursos para pesquisa e desenvolvimento estão congelados e contingenciados. Os professores universitários federais estão há dez anos sem receber qualquer aumento... no topo do que se anuncia que o projeto brasileiro de TV digital, que também é dito essencial para a inclusão digital, vai sair "barato" porque eles vão trabalhar "de graça"... E, numa operação paralela a esta, da sociedade da informação, nossos diplomatas que negociam a ALCA andam pagando diárias do próprio bolso, num projeto que parece ser muito mais importante e urgente para o país que a tal sociedade da informação, porque repleto de realidades como soja, laranja, boi, aço e quetais... Seria bom, portanto, sintonizar as expectativas com as possibilidades, para não acharmos, daqui a dez anos, que a culpa do nosso fracasso foi, mais uma vez, do grande e cruel mundo capitalista que nos cerca. Se assim fosse, a Coréia, que jogava no nosso time de incompetência na década de 50, continuaria nele até hoje... desequilibrada como nós.

Fonte: C:\Documents and Settings\teste\Desktop\artigo.htm